



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

**Ofício circular nº 005/2020 – CAOP-IJ**

**Recife, 08 de maio de 2020.**

**Srs. Promotores,**

Pelo presente, em atenção ao contido no Aviso da Corregedoria Geral do MPPE nº 029/2020, de 06 de maio de 2020, sugerimos, na fase de trabalho remoto, as seguintes diligências executadas **dentro do Procedimento Administrativo instaurado para acompanhar a política do acolhimento municipal:**

1. Solicitar, à Secretaria de Ação Social:

A) os planos de contingenciamento, indagando, na oportunidade, como está o diálogo com os equipamentos da saúde, da Assistência e de Justiça, tudo em conformidade com a Portaria do Ministério da Cidadania, Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social nº 59, de 22 de abril de 2020;

B) Informações sobre a dinâmica do acolhimento, destacando-se: a) número de acolhidos; b) quantos apresentaram (acolhidos e equipe técnica) sintomas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

e/ou confirmação de covid-19; c) quais as providências utilizadas pela casa; d) se a articulação/fluxo com a Secretaria de Saúde funcionou.

2. Oficiar à Secretaria de Saúde solicitando a implantação de rotina de higienização, pela vigilância sanitária local, junto aos acolhimentos;

3. Sem prejuízo das diligências supra, procurar realizar reunião por videoconferência com a rede de proteção e os gestores do acolhimento, tomando-se como roteiro de questionamentos, além doutros que entenderem necessários, as diretrizes/eixos da Recomendação CNMP nº 71/2011;

4. Coletados os dados acima, proferir dentro do Procedimento Administrativo despacho interlocutório, declinando minuciosamente todos os relatos colhidos, e, na sequência, reportando ao Conselho Nacional do Ministério Público ([cij@cnmp.mp.br](mailto:cij@cnmp.mp.br)) e à Corregedoria Geral do MPPE ([mppecg@mppe.mp.br](mailto:mppecg@mppe.mp.br)).

Sugerimos, por fim, que, tão logo restabelecidos o trabalho presencial e os prazos, seja feito, **em relatório circunstanciado**, ao final do período pandêmico, um



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude**  
**CAOPIJ**

apanhado geral dos dados remotamente coletados, para envio consolidado, no formulário próprio, ao Conselho Nacional do Ministério Público, complementando-o com as observações não coletadas pelo acompanhamento remoto.

Sendo o que se apresenta, renovamos protestos de estima e consideração.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda  
Coordenador do CAOPIJ-MPPE